

“Brasil vai jogar duro com bancos”

Fritz Utzeri

Correspondente

Paris — O ministro da Cultura, Celso Furtado, afirmou ontem em Paris que o Brasil tem dois pontos centrais de diferença com os bancos internacionais. O país não aceita mais manter os níveis elevados de transferência de recursos que tem feito nos últimos cinco anos e não vai aceitar mais negociações a curto prazo que a cada ano mantém o país amarrado e sob controle estrito.

— Precisamos desanuviar o horizonte — disse Furtado.

Embora oficialmente o ministro da Cultura esteja na França para participar de eventos como o Salão do Livro e o Festival do Cinema Brasileiro no Centro Georges Pompidou, o tom de sua visita tem sido a economia. Em seu debate na FNAC, uma grande livraria em Montparnasse, sobre Literatura, falou-se de economia.

Em sua visita, Celso Furtado foi recebido pelo chanceler francês Jean-Bernard Raymond e é quase certo que a economia mais uma vez terá feito parte das discussões. Afinal o ministro da Cultura é visivelmente um homem que se sente mais à vontade com os números da dívida e da economia que com retrospectivas de pintores ou problemas de cinema. A sua própria participação no processo de discussão econômica dentro do governo foi autodefinida ontem como a de “alguém que está ao largo, para trocar idéias, ajudar a esclarecer um ponto, mas não participando da linha de frente — uma reserva”.

O ministro da Cultura comparou didaticamente em sua entrevista a situação atual que o Brasil vive com a da Alemanha após a I Guerra Mundial, lembrando que naquela ocasião o país foi condenado pelos aliados vencedores a pagar pesadas indenizações de guerra, equivalentes a 3,9% do seu PIB, indenizações que levaram a uma inflação astronômica, à desordem econômica, social e ao nazismo.

— O Brasil, desde 1982, vem transferindo mais de 4,5% do seu PIB para o exterior, o que tem gerado uma forte pressão inflacionária, reduzindo o investimento e trazido a recessão. Essa transferência, de 12 bilhões de dólares por ano, parte da receita do FMI, segundo o ministro, não tem resolvido a situação do Brasil ou de qualquer um dos 50

países do Terceiro Mundo com um quadro semelhante ao nosso — lembrou.

Segundo Furtado, o Brasil não deve ceder às pressões para ir ao Fundo Monetário e alguns credores — a seu ver — comecem a mostrar sinais de flexibilidade ante a posição brasileira. Furtado referiu-se ao “sucesso relativo” da recente missão do ministro Dilson Funaro aos Estados Unidos, Europa e Japão. Na França, na Itália e na Alemanha, ele foi ouvido sobre a necessidade de partilhar a carga da dívida. Mas Furtado reconhece que a solução será difícil.

— Nos Estados Unidos, no caso do México, mesmo após o governo ter posto seu peso junto aos bancos privados em favor de novos créditos àquele país, o México não conseguiu até agora por a mão nos 7 bilhões de dólares em dinheiro novo que recebeu — confirmou.

O ministro lembrou que a questão do Brasil com os bancos deverá resolver-se até meados de maio, quando estes apresentarem seus balanços. Mas apesar dessa queda de braço, o Brasil, segundo ele, não partiu para a negociação com parâmetros fixos, como a limitação da remessa de juros, vinculando-a a suas receitas de exportação. Isso não significa que o Brasil esteja desarmado.

Voltando ao caso da Alemanha no período entre as duas guerras mundiais, Furtado lembrou que, quando a Alemanha decretou unilateralmente a sua moratória, houve pressões terríveis sobre o país. Um dos credores, a França, chegou a ocupar militarmente uma porção da Alemanha, mas a persistência do impasse acabou levando à criação do banco de compensações internacionais, o atual BIS, em Basileia na Suíça. A criação desse banco permitiu à Alemanha organizar sua dívida.

O ministro da Cultura lembrou ainda outro caso de suspensão unilateral da dívida: o da Inglaterra que, após a II Guerra Mundial, tinha compromissos até com o Brasil.

— Ela simplesmente não pagou. Congelou suas libras e mandou esperar — recordou.

Furtado mostrou-se despreocupado quanto ao nível das reservas brasileiras que, segundo ele, são suficientes, segundo critérios do próprio FMI. Para o Fundo, lembrou, um país deve ter reservas equivalentes a três ou quatro meses de suas importações e “o Brasil importa cerca de 13 bilhões de dólares por ano e, com 3,9 bilhões de reservas, está dentro dessa faixa”.